

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 16 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.



**Building a better
working world**

- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'G. Dutra da Silva'.

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.611	16.698
Concessionárias e permissionárias	8	8.560	8.633
Contas a receber – partes relacionadas	22	999	42
Estoques		803	553
Adiantamento a fornecedores		324	802
Impostos a recuperar		4.490	396
Outros ativos circulantes		650	1.015
		41.437	28.139
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	15	40.353	-
Imobilizado não vinculado à concessão		886	1.031
Imobilizado	9	120.025	126.337
Intangível	10	987	1.023
		162.251	128.391
		203.688	156.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		227	255
Fornecedores - partes relacionadas	23	323	6
Empréstimos - partes relacionadas	11	19.200	18.928
Impostos a pagar	13	1.110	30.067
Taxas regulamentares	12	3.422	4.181
Dividendos propostos	16	369	541
Outros passivos circulantes		1.215	1.142
		25.866	55.120
Não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	11	-	18.896
Provisão para contingências	14	853	777
Outros passivos não circulantes		3.837	3.507
		4.690	23.180
Patrimônio líquido	16		
Capital social		88.109	58.500
Reserva Especial de Ágio		46.369	-
Reserva de lucros		100.615	94.062
Reserva legal		11.700	11.700
Prejuízo acumulado		(73.661)	(86.032)
		173.132	78.230
		203.688	156.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações dos resultados
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional líquida	17	70.628	68.680
Custo da operação	18	<u>(10.900)</u>	<u>(9.946)</u>
Lucro bruto		59.728	58.734
Despesas gerais e administrativas	19	(5.336)	(8.791)
Outras (despesas) / receitas operacionais		<u>(1.170)</u>	<u>(315)</u>
Lucro antes das receitas financeiras		53.222	49.628
Resultado financeiro	21	<u>(8.417)</u>	<u>9.627</u>
Receita financeira		6.536	21.189
Despesa financeira		(14.953)	(11.562)
Resultado antes dos impostos		<u>44.805</u>	<u>59.255</u>
Imposto de renda e contribuição social		3.645	(31.467)
Lucro líquido do exercício		<u><u>48.450</u></u>	<u><u>27.788</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	48.450	27.788
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>48.450</u>	<u>27.788</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Especial de Ágio	Reserva de lucros		Lucros líquido / (prejuízo) acumulado	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2015)	58.500	-	11.236	50.528	(59.281)	60.983
Lucro do exercício	-	-	-	-	27.788	27.788
Constituição de reserva legal	-	-	464	-	(464)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	53.534	(53.534)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(541)	(541)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	58.500	-	11.700	94.062	(86.032)	78.230
Aumento de capital	29.609	-	-	-	-	29.609
Constituição de reserva especial de ágio	-	46.369	-	-	-	46.369
Lucro do exercício	-	-	-	-	48.450	48.450
Lucro incorporação reserva	-	-	-	-	843	843
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	36.553	(36.553)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(30.000)	-	(30.000)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(369)	(369)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	88.109	46.369	11.700	100.615	(73.661)	173.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro do exercício antes dos impostos	44.805	59.255
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	1.830	(8.974)
Depreciação e amortização	6.105	6.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16	-
Provisão para contingências	76	93
Outras provisões	330	995
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	57	(742)
Estoques	(250)	817
Impostos a recuperar	(4.094)	1328
Adiantamentos a fornecedores	504	(323)
Outros ativos	(618)	(638)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	289	(149)
Tributos e contribuições sociais	12.230	(2.751)
Impostos pagos	(7.932)	(14.411)
Juros pagos	(1.344)	(1.870)
Taxas regulamentares	(759)	434
Outros passivos	673	1
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	51.918	39.163
Aquisição de imobilizado e intangível	(5.291)	(586)
Baixa de imobilizado e intangível	5.679	-
Caixa líquido da incorporação	6.258	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	6.646	(586)
Empréstimos pagos	(19.110)	(19.307)
Dividendos pagos	(541)	(10.000)
Dividendos intermediários pagos	(30.000)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(49.651)	(29.307)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	8.913	9.270
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.698	7.428
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	25.611	16.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. (“Companhia” ou “ETIM”), é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2001 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, nr.955, sala 1510, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial em Minas Gerais.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH, que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 23 de junho de 2004 e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH. Nesta operação societária que foi aprovada através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma operação de incorporação reversa com sua controlada direta SGBH-T.

1.1. Da concessão

Em 15 de agosto de 2002, o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor do Leilão Público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à interligação da subestação Itumbiara à subestação Marimbondo, ambas no Estado de Minas Gerais. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 4 de dezembro de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2002.

No dia 20 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a União o contrato o Contrato de Concessão nº 86/2002 - Interligação Itumbiara-Marimbondo, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em áreas do Estado de Minas Gerais, para implantação, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão 500 kV Itumbiara-Marimbondo, com extensão aproximada de 210 km, com origem na subestação 500 kV Itumbiara e término na subestação 500 kV Marimbondo.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 26.250 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 28 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 79.806 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 81.062 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 16 de Março de 2018.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 8 - Imobilizado e 9 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em "Em Serviço" e "Em Curso". Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo "Em curso" correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Em 2015 a tributação do imposto de renda e contribuição social foi feita tendo como base o lucro real.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Em 2016 o regime de tributação do imposto de renda e contribuição social foi alterado para o lucro presumido.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber partes relacionadas e concessionárias e permissionárias.

O saldo e caixa e equivalente de caixa são classificados pelo valor justo e contas a receber partes relacionadas, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável são classificados pelo custo amortizado.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos partes relacionadas, fornecedores – terceiros e fornecedores – partes relacionadas. Os saldos de tais passivos financeiros são classificados pelo custo amortizado.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na categoria: Outros passivos financeiros ao custo amortizado - reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4.11. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. . Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

5.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercício anteriores:

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Modificações ao CPC 03 (R2) - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.

Modificações ao CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.

Modificações ao CPC 45 - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

5.2 As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia adotará essas normas, tão logo entrem em vigor:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada da classificação e da mensuração, considerando que a Companhia não adota contabilidade de hedge. Tomou por base informações atualmente disponíveis e poderá estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas a Companhia em 2018, quando passará a adotar o CPC 48. Em geral, exceto pelo mencionado no tópico de Classificação e mensuração, abaixo, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(a) Classificação e mensuração - A Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo e espera que determinadas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários possam vir a ser mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma vez que espera não só manter estas aplicações, mas também negociá-las de forma relativamente frequente.

As contas a receber, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia entende que as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

A Companhia mantém estudos e discussões no setor de atuação quanto aos possíveis impactos da aplicação da norma. Estas análises e discussões, por sua natureza e complexidade e pela similaridade dos desafios e contratos inerentes a sua área de atuação envolvem não apenas a Companhia, mas outros participantes da indústria em que atua e da comunidade de negócios, tal como a ABRACONEE - Associação Brasileira de Contadores do Setor de Energia Elétrica.

(b) Redução ao valor recuperável - A norma exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos e valores mobiliários e contas a receber, com base em 12 meses ou por toda a vida. As perdas de crédito esperadas são avaliadas pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

A Companhia planeja adotar a nova norma com início a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua na construção, operação e manutenção e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão estabelecidos em licitações realizadas pelo Poder Público para concessão de serviço público de transmissão.

Prestação de serviços de transmissão - Para contratos com a ANEEL em que geralmente se espera que a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão sejam as únicas obrigações de execução, a adoção da norma não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia reconhece a receita ao longo tempo, conforme o serviço de disponibilização da rede de transmissão é prestado.

Contraprestação variável - Os contratos de concessão mencionam a parcela variável ("PV"), que consistem em uma parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. Atualmente, a Companhia reconhece a receita de transmissão mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos referentes a parcela variável, que dão origem a uma contraprestação variável. A norma exige que a contraprestação variável seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia não espera que a adoção da norma traga alterações, já que a PV reduz sua receita bruta.

Adicionalmente, as multas incorridas pela penalidade na qualidade da prestação do serviço, atualmente são contabilizadas como despesa operacional. A nova regra, item 50 e 51, indica que a receita deve ser reconhecida líquida de descontos, abatimentos, penalidades e outros itens, portanto, a Companhia identifica que as multas a partir de 1º de janeiro de 2018 deverão ser registradas como redutora da receita e não como despesa operacional.

Alocação do preço de venda - A Companhia contabiliza a remuneração do ativo financeiro e o serviço de operação e manutenção como entregas separadas e aloca a contraprestação de forma distribuída entre esses produtos, seguindo o definido nos contratos de concessão.

Na avaliação da Companhia a apropriação da contraprestação e, conseqüentemente, a época do montante de receita reconhecida não serão afetados.

Reconhecimento da receita ao longo do tempo - A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. De acordo com a norma, a Companhia continuará a reconhecer a receita desses contratos de serviços ao longo do tempo, atendendo ao exigido pela nova norma.

Exigências de apresentação e divulgação - As exigências de apresentação e divulgação da norma são mais detalhadas e como exigido, a Companhia desagrega as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem a natureza, o montante e o fato das receitas e dos fluxos de caixa serem afetados por fatores econômicos. A Companhia possui apenas um segmento operacional.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor"

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

(por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A norma também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as atualmente.

A norma entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da norma nas suas demonstrações financeiras.

Até a data da emissão destas demonstrações contábeis regulatórias, o MCSE não especificou tratamento distinto com relação às normas novas e revisadas acima mencionadas.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		41.437	67.331	108.768	28.139	68.832	96.971
Caixa e equivalentes de caixa		25.611	-	25.611	16.698	-	16.698
Concessionárias e permissionárias		8.560	-	8.560	8.633	-	8.633
Contas a receber – partes relacionadas		999	-	999	42	-	42
Estoques		803	-	803	553	-	553
Adiantamentos a fornecedores		324	-	324	802	-	802
Impostos a recuperar		4.490	-	4.490	396	-	396
Ativo financeiro amortizável	a	-	67.331	67.331	-	68.832	68.832
Outros ativos circulantes		650	-	650	1.015	-	1.015
Ativo não circulante		162.251	7.455	169.706	128.391	18.918	147.309
Ativo financeiro amortizável	a	-	128.304	128.304	-	146.084	146.084
Impostos diferidos		40.353	-	40.353			
Imobilizado não vinculado à concessão		886	-	886	1.031	-	1.031
Imobilizado	b	120.025	(119.942)	83	126.337	(126.253)	84
Intangível	b	987	(907)	80	1.023	(913)	110
		203.688	74.786	278.474	156.530	87.750	244.280

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	25.866	-	25.866	55.120	-	55.120
Fornecedores terceiros	232	-	232	255	-	255
Fornecedores partes relacionadas	318	-	318	6	-	6
Empréstimos com partes relacionadas	19.200	-	19.200	18.928	-	18.928
Tributos e contribuições sociais	1.110	-	1.110	30.067	-	30.067
Taxas regulamentares	3.422	-	3.422	4.181	-	4.181
Dividendos propostos	369	-	369	541	-	541
Outros passivos circulantes	1.215	-	1.215	1.142	-	1.142
Passivo não circulante	4.690	1.125	5.815	23.180	1.718	24.898
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	18.896	-	18.896
Provisão para contingências	853	-	853	777	-	777
Tributos Diferidos	-	1.125	1.125	-	1.718	1.718
Outros passivos não circulantes	3.837	-	3.837	3.507	-	3.507
Patrimônio líquido	173.132	73.661	246.793	78.230	86.032	164.262
Capital social	88.109	-	88.109	58.500	-	58.500
Reserva de capital	46.369	-	46.369	-	-	-
Reserva de lucros	100.615	-	100.615	94.062	-	94.062
Reserva legal	11.700	-	11.700	11.700	-	11.700
Prejuízo acumulado	(73.661)	73.661	-	(86.032)	86.032	-
	203.688	74.786	278.474	156.530	87.750	244.280

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	70.628	(19.281)	51.347	68.680	(5.610)	63.070
Custo da operação	e	(10.900)	6.317	(4.583)	(9.946)	5.356	(4.590)
Lucro bruto		59.728	(12.964)	46.764	58.734	(254)	58.480
Despesas gerais e administrativas		(5.336)	-	(5.336)	(8.791)	-	(8.791)
Outras receitas / (despesas) operacionais		(1.170)	-	(1.170)	(315)	-	(315)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		53.222	(12.964)	40.258	49.628	(254)	49.374
Resultado financeiro		(8.417)	-	(8.417)	9.627	-	9.627
Receita financeira		6.536	-	6.536	21.189	-	21.189
Despesa financeira		(14.953)	-	(14.953)	(11.562)	-	(11.562)
Lucro antes dos impostos		44.805	(12.964)	31.841	59.255	(254)	59.001
Imposto de renda e contribuição social	c	3.645	594	4.239	(31.467)	27.005	(4.462)
Lucro líquido do exercício		48.450	(12.370)	36.080	27.788	26.751	54.539

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bancos	320	5.073
Aplicações financeiras	25.291	11.625
	<u>25.611</u>	<u>16.698</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	7.285	7.399
Vencidas até 30 dias	36	32
Vencidas até 60 dias	2	16
Vencidas até 90 dias	3	22
Vencidas até 120 dias	13	18
Vencidas até 180 dias	32	117
Vencidas há mais de 180 dias	<u>1.276</u>	<u>1.100</u>
	8.647	8.704
(-) PCLD	<u>(87)</u>	<u>(71)</u>
	<u>8.560</u>	<u>8.633</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	(71)	(71)
Complemento de provisão	<u>(16)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(87)</u>	<u>(71)</u>

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

9.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2017	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016
Ativo imobilizado em serviço										
Transmissão	193.834	-	(2.839)	1.510	-	192.505	(1.329)	(73.736)	118.769	124.930
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.120	-	-	20	-	2.140	20	(979)	1.161	1.213
Máquinas e equipamentos	191.019	-	(2.756)	1.490	-	189.753	(1.266)	(72.400)	117.353	123.374
Veículos	685	-	(83)	-	-	602	(83)	(351)	251	338
Móveis e utensílios	10	-	-	-	-	10	-	(6)	4	5
Administração	8	-	-	-	-	8	-	(8)	-	2
Máquinas e equipamentos	8	-	-	-	-	8	-	(8)	-	2
	193.842	-	(2.839)	1.510	-	192.513	(1.329)	(73.744)	118.769	124.932
Ativo imobilizado em curso										
Transmissão	1.322	1.389	(29)	(1.510)	-	1.173	(150)	-	1.173	1.322
Máquinas e equipamentos	22	718	-	(740)	-	-	(22)	-	-	22
Outros	1.300	671	(29)	(770)	-	1.173	(128)	-	1.173	1.300
Administração	83	-	-	-	-	83	-	-	83	83
Máquinas e equipamentos	82	-	-	-	-	82	-	-	82	82
Outros	1	-	-	-	-	1	-	-	1	1
	1.405	1.389	(29)	(1.510)	-	1.256	(150)	-	1.256	1.405
Ativo imobilizado	195.247	1.389	(2.868)	-	-	193.769	(1.479)	(73.744)	120.025	126.337

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

9.2. Taxas de depreciação

	2017			2016
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Transmissão	5,81%	192.505	(73.736)	118.769
Administração	16,67%	8	(8)	(0)
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10%	1.395	(509)	886
		193.908	(74.253)	119.655
				125.963

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e Utensílios	6,25%

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

9.3. Principais adições do ativo imobilizado em curso em 2017

	Material e equipamentos
Máquinas e Equipamentos	718
Adiantamento a fornecedores	671
	1.389

9.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2017

Descrição do bem	Grupo	Valor
MEDIDOR DE DENSIDADE 3 ESTAGIOS	Máquinas e equipamentos	80
ESTANTE PARA 60 BATERIAS CFPV2-420	Máquinas e equipamentos	8
ROÇADEIRA, DM 300-3-STIHL,HR 131 STIHL MOTO PODA - STIHL	Máquinas e equipamentos	7
COND HI-WALL 45HEFE24B21A 24FR ELGIN ECO PLUS, EVAP HI-WALL 45HEFII24B2IA 24FR ELGIN ECO PLUS 220V, COND SPLIT 45PEFE36B2NA 36FR ELGIN ECO R410-A 220V - MONOFASICO, EVAP PISO TETO 45PEFI36B2NA 36FR ELGIN R410-A	Máquinas e equipamentos	24
CONDHI-WALL 45HEFE24B2IA 24FR ELGIN ECO PLUS R-410 HORIZ.220V, EVAP HI-WALL 45HEFI24B2IA 24FR ELGIN ECO PLUS 220V	Máquinas e equipamentos	3
SERVIÇO DE MÃO DE OBRA(PEDREIRO) DA AREA CIVIL, MUDANÇA NECESSARIA PARA INSTALAÇÃO DO REATOR (RT03) NOVO DA SIEMENS NO BANCO DA SE MARIMBONDO	Máquinas e equipamentos	17
REATOR MONOFASICO TRF 33,3MVAR 500KV STATE_GRID_MARIMBONDO	Máquinas e equipamentos	1.325
ICMS DIFAL - ESTANTE PARA 60 BATERIAS CFPV2-420	Máquinas e equipamentos	3
ICMS DIFAL - REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE SUPERVISÃO	Máquinas e equipamentos	3

9.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço 2017

Descrição do bem	Grupo	Valor
FABRICANTE ALSTOM, MODELO SNO-NN, MONOFÁSICO, 550 KV, 33,33MVAR, Nº DE SÉRIE 111.312/2	Máquinas e equipamentos	2.370
FABRICANTE ALSTOM, MODELO SNO-NN, MONOFÁSICO, 550 KV, 33,33MVAR, Nº DE SÉRIE 111.312/2	Máquinas e equipamentos	276
FABRICANTE ALSTOM, MODELO SNO-NN, MONOFÁSICO, 550 KV, 33,33MVAR, Nº DE SÉRIE 111.312/2	Máquinas e equipamentos	110
VEICULO DUCATO PLACA JHP9537	Veículos	83

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10. Intangível

10.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2017	Adições líquidas = (a)- (c)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016
Ativo intangível em serviço										
Transmissão	930	-	-	-	-	930	-	(23)	907	913
Servidões	898	-	-	-	-	898	-	-	898	898
Softwares	32	-	-	-	-	32	-	(23)	9	15
Administração	150	-	-	-	-	150	-	(70)	80	110
Softwares	150	-	-	-	-	150	-	(70)	80	110
	1.080	-	-	-	-	1.080	-	(93)	987	1.023
Ativo Intangível	1.080	-	-	-	-	1.080	-			

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10.2. Taxas de amortização

	2017			2016
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço				
Transmissão	3,90%	930	(23)	907
Administração	20,00%	150	(70)	80
		1.080	(93)	987
				1.023

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

11. Empréstimos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantias	Encargos	2017	2016
State Grid International Development Limited (SGID) (i)	dez/13	set/18	Semestral	20/06/2018	Semestral	SAC	N/A	Libor + 2,55% a.a.	19.200	37.824
									19.200	37.824
Circulante									19.200	18.928
Não circulante									-	18.896
									19.200	37.824

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto ao China Development Bank ("CDB") nos montantes de USD3.377 e USD3.322, correspondente a R\$8.015 e R\$7.394 respectivamente. Nas mesmas datas e montantes foi contratado, junto a SGID um empréstimo a custo de *Libor* + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data. Os valores devidos foram liquidados em 22 de dezembro de 2014 conforme contratado.

Em 19 de dezembro de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, a parcela referente ao principal e juros do empréstimo junto ao China Development Bank ("CDB") no montante de USD3.276, correspondente a R\$8.666. Neste mesmo montante foi contratado, junto a SGID empréstimo a custo de *Libor* + 2,55% a.a. e vencimento em 20 de junho de 2015 com pagamentos do principal e juros nesta data. Os valores devidos foram liquidados em 22 de junho de 2015 conforme contratado.

Em 23 de dezembro de 2014, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo de *Libor* + 2,55% a.a. no mesmo montante de USD23.191, correspondente a R\$61.805, com pagamentos de principal e juros em 8 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de junho 2015, e com vencimento final em 24/09/2018.

No ano de 2016, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato.

No ano de 2017, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato.

Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia.

12. Taxas regulamentares

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	766	945
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (ii)	2.511	3.089
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	145	147
	<u>3.422</u>	<u>4.181</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nr 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

13. Impostos a pagar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de renda	372	21.532
Contribuição social sobre o lucro	224	7.967
PIS	36	34
COFINS	167	159
Outros	311	375
	<u>1.110</u>	<u>30.067</u>

14. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível e tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fiscal	853	777
	<u>853</u>	<u>777</u>

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Contingências possíveis (não provisionados):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Cível		
Fiscal	1.707	7.412
	<u>1.707</u>	<u>7.412</u>

15. Impostos diferidos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fiscal	40.353	1.719
	<u>40.353</u>	<u>1.719</u>

Saldo ativo refere-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição de controladas, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 58.500, dividido em 58.500 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada

Em 31 de dezembro de 2017 houve aumento de capital em R\$ 29.609 referente a créditos tributários sobre prejuízos fiscais sobre programa de regularização tributária.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 88.109, dividido em 88.109 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2017 e 2016</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

a) Reserva de capital

A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-T na ETIM em 31 de outubro de 2017.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já a partir do exercício de 2016.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	36.080	54.539
Lucro incorporação reversa	842	-
Reserva legal (5%)	-	(464)
Base de cálculo para os dividendos	36.922	54.075
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	<u>369</u>	<u>541</u>

Em 20 de junho de 2017 a Administração pagou R\$ 541 decorrente dos dividendos provisionados em 2016. Em 2017 foi provisionado R\$ 30.000 a título de dividendos intermediários referentes à reserva de lucros, onde R\$ 20.000 foram pagos em 20 de junho de 2017 e R\$ 10.000 em 02 de outubro de 2017.

17. Receita operacional líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional bruta	76.309	74.221
Receita rateio de antecipação	2.176	4.834
Receita de encargos de transmissão	80.488	75.915
Parcela ajuste do ciclo anterior	(5.305)	(6.374)
Indisponibilidade de equipamentos	(1.050)	(154)
Deduções da receita operacional	(5.681)	(5.541)
PIS	(496)	(483)
COFINS	(2.289)	(2.227)
P&D	(700)	(687)
RGR	(1.908)	(1.855)
TFSEE	(288)	(289)
	<u>70.628</u>	<u>68.680</u>

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

18. Custo da operação

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(1.890)	(1.548)
Material	(267)	(485)
Serviços de terceiros	(564)	(413)
Depreciação e amortização	(5.935)	(5.942)
Arrendamentos e aluguéis	(1)	-
Seguros	(41)	(41)
Tributos	(50)	(12)
Gastos diversos (i)	(2.152)	(1.505)
	<u>(10.900)</u>	<u>(9.946)</u>

(i) Grupo de contas gastos diversos de acordo com o plano de contas da ANEEL. Os maiores impactos são de serviços de telecomunicação e energia elétrica.

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(3.294)	(4.418)
Administradores	(818)	(2.385)
Material	(7)	(14)
Serviços de terceiros	(360)	(306)
Arrendamentos e aluguéis	(440)	(449)
Doações	-	(8)
Provisão	(122)	(713)
Tributos	(6)	(27)
Depreciação e amortização	(31)	(31)
Outras	(258)	(440)
	<u>(5.336)</u>	<u>(8.791)</u>

20. Despesas com pessoal

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal - operação		
Remuneração	(1.175)	(1.021)
Encargos	(381)	(326)
Benefícios	(296)	(201)
Outros	(38)	-
	<u>(1.890)</u>	<u>(1.548)</u>
Pessoal - administração		
Remuneração	(1.594)	(2.121)
Encargos	(697)	(1.092)
Benefícios	(315)	(447)
Outros	(688)	(758)
Administradores	(818)	(2.385)
	<u>(4.112)</u>	<u>(6.803)</u>
	<u>(6.002)</u>	<u>(8.351)</u>

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita financeira	6.536	21.189
Receitas de aplicações financeiras	1.788	1.668
Variações cambiais ativas	3.600	19.514
Outras receitas financeiras	1.148	7
Despesa financeira	(14.953)	(11.562)
Variações cambiais passivas	(4.149)	(8.625)
Juros sobre empréstimos	-	(1.915)
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	(1.280)	(1.022)
Outras despesas financeiras	(9.524)	-
	<u>(8.417)</u>	<u>9.627</u>

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2017 e 2016, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.611	16.698
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber – partes relacionadas	23	999	42
Adiantamentos a fornecedores		324	802
Concessionárias e permissionárias	8	8.560	8.633
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos - partes relacionadas	11	19.200	37.824
Fornecedores terceiros	-	232	255
Fornecedores partes relacionadas	23	324	6

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

22.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2017. Consideramos a mudança na variável de risco de +5% e -5% respectivamente, em:

	31/12/2017	-5%	5%
Empréstimos – Partes relacionadas	19.200	(553)	570

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

Ativo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber - partes relacionadas	<u>999</u>	<u>42</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	956	-
Outros	43	42

Passivo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores / empréstimos - partes relacionadas	<u>19.524</u>	<u>37.830</u>
Aluguel (ii)	6	6
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	318	-
Empréstimos partes relacionadas (nota explicativa 11)	19.200	37.824

Resultado

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado - partes relacionadas	<u>388</u>	<u>(1.980)</u>
Despesa aluguel (ii)	(70)	(65)
Despesa com juros de empréstimos (nota explicativa 17)	(1.280)	(1.915)
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1.738	-

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

24. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	597	722
Seguro patrimonial	Risco operacional	35.892	35.892
Veículos	Carros	43	35
		<u>36.532</u>	<u>36.649</u>